

POLICY BRIEF 3 · PREPARAÇÃO TERRITORIAL

Preparação territorial para a mobilidade digital: por que as regiões de baixa densidade precisam de apoio à decisão antes de atrair teletrabalhadores

Bruno César Alves Marcelino · Preparado: 02/06/2026 · Revisado: 02/06/2026 · Publicado: 02/06/2026
NomadVillage · bruno.marcelino@nomadvillage.global · ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0638-7889>

MENSAGEM-CHAVE

A preparação territorial (territorial readiness) é o passo que falta entre a atração de nômadas digitais e o impacto local sustentável. Antes de se promover perante os teletrabalhadores, uma região precisa de uma forma estruturada e transparente de avaliar se os consegue acolher bem, e de agir em conformidade.

O passo que falta: a preparação antes da atração

A maioria das estratégias de nômadas digitais salta da ambição diretamente para a atração. Uma região decide que quer teletrabalhadores, apoia-se num visto nacional e lança uma campanha. O passo que costuma ser omitido situa-se entre a intenção e a ação: uma avaliação serena de se o território está realmente preparado para acolher residentes de média e longa duração de um modo que beneficie a comunidade. Os dois policy briefs anteriores desta série estabelecem por que este passo importa. A procura é ampla e conjunta, não redutível à conectividade (Policy Brief 1); e a atração sem integração acarreta riscos de pressão sobre a habitação, enclaves e mobilidade extrativa de curto prazo (Policy Brief 2). A preparação é o tecido que liga os dois.



Figura 1. A preparação como passo de ligação entre a atração e o impacto.

O que significa “preparação territorial”

A preparação territorial é o grau em que um lugar consegue acolher teletrabalhadores de um modo tecnicamente viável, localmente compatível, socialmente integrador e protegido face a danos previsíveis. Não é uma classificação de quão atrativo um destino é para os trabalhadores móveis; essa lógica já satura o mercado através dos diretórios de nômadas e dos sites de marketing de lugares. A preparação inverte a pergunta. Em vez de perguntar quão atrativo é um território para quem vem de fora, pergunta se o território está preparado, nos seus próprios termos, para converter as chegadas em valor duradouro sem danificar aquilo que o torna digno de ser visitado. Uma abordagem de preparação combina, por isso, a capacidade territorial, as condições da habitação, a disponibilidade de serviços, o potencial de integração e as salvaguardas face ao risco num processo estruturado de decisão.

Apoiando-se no trabalho doutoral do autor sobre cartografia sociocultural e territorialidades fronteiriças (Marcelino, em preparação), a preparação entende o território não como um conjunto de coordenadas, mas como um espaço vivido, relacional e simbólico, e entende as plataformas digitais como uma camada desse espaço, que modela a visibilidade, a reputação e a pertença tanto como a logística. Um lugar pode estar ‘no mapa’ digitalmente e, ainda assim, não estar preparado na prática; a preparação trata precisamente dessa lacuna.

Quatro dimensões públicas da preparação

Para o debate público, a preparação pode organizar-se em quatro dimensões. São deliberadamente amplas e transparentes; descrevem o que considerar, não como um instrumento concreto as pondera ou pontua.

1 · Capacidade O território consegue acolher física e tecnicamente teletrabalhadores de média estadia? Conectividade fiável, habitação adequada, serviços do dia a dia, transportes e uma proviso básica de saúde e educação.	2 · Compatibilidade O que o lugar oferece coincide com o que este tipo de residente precisa e valoriza? O encaixe entre os ativos locais (natureza, cultura, comunidade, acessibilidade) e a procura real.
3 · Integração As pessoas recém-chegadas conseguem fazer parte da vida local em vez de um circuito paralelo? A presença de intermediários, a abertura da comunidade, os canais de contribuição e a mediação cultural.	4 · Risco O que poderia correr mal e estará o território protegido face a isso? A sensibilidade do mercado de habitação, o risco de deslocamento, a dependência excessiva de um só fluxo e a capacidade de monitorizar e responder.

Figura 2. As quatro dimensões públicas da preparação territorial.

Por que as ferramentas de apoio à decisão importam

Os municípios pequenos e as agências regionais raramente dispõem do tempo, dos dados ou da capacidade especializada para avaliar a preparação de forma sistemática, e as consequências de errar recaem sobre os residentes. É aqui que o apoio à decisão importa. O argumento não é a automatização do juízo, mas a estrutura: uma forma transparente e explicável de reunir as quatro dimensões para que a decisão de atrair (ou de esperar, ou de investir primeiro) assente sobre evidência que a comunidade possa ver e discutir. A explicabilidade é essencial. Os gestores públicos e os residentes deveriam conseguir compreender por que um território é considerado preparado ou não, o que torna a avaliação responsável e legítima a nível local em vez de uma caixa negra. A tomada de decisão consciente do risco, que traz à luz o que poderia correr mal antes de acontecer, faz parte da preparação tanto como a identificação de pontos fortes.

O que deve continuar a ser negociado a nível local

A avaliação da preparação informa as decisões; não as toma. Várias coisas devem permanecer nas mãos locais. Decidir se avançar, a que ritmo e sob que condições é uma escolha política das autoridades locais eleitas. Como se governa a habitação, que espaços se abrem e o que a comunidade está disposta a acolher são questões de deliberação local. E o significado da integração num lugar concreto, o aspeto que a pertença tem e que tradições se protegem, não pode

ser padronizado a partir de fora. Uma abordagem de preparação deve fortalecer a tomada de decisão local, não substituí-la; o seu papel é tornar visíveis os compromissos, não ditar a resposta.

Uma lista de autoavaliação segura da preparação

As perguntas seguintes permitem a um município ou a uma agência calibrar a sua própria preparação a alto nível, antes de qualquer avaliação externa e sem qualquer fórmula de pontuação. Uma resposta honesta de “ainda não” é um resultado útil, não um fracasso.

- ✓ **Capacidade.** A conectividade é realmente fiável nas habitações e nos espaços partilhados concretos que promoveríamos? Há habitação adequada para trabalhar e um nível realista de serviços do dia a dia?
- ✓ **Compatibilidade.** Os nossos ativos locais reais coincidem com o que os teletrabalhadores de média estadia valorizam, e conseguimos descrevê-lo com honestidade e não de forma aspiracional?
- ✓ **Integração.** Existe um intermediário local designado, uma abertura na comunidade e pelo menos um canal real para que as pessoas recém-chegadas contribuam e se liguem?
- ✓ **Risco.** Considerámos o efeito sobre os arrendamentos e o acesso à habitação locais, a nossa dependência de um só fluxo de chegadas e como monitorizaríamos e responderíamos aos problemas?
- ✓ **Decisão.** Conseguimos explicar, aos residentes e a nós próprios, por que estamos preparados (ou não), e estamos dispostos a esperar e investir primeiro se a resposta honesta for ‘ainda não’?

Conclusão

As regiões de baixa densidade têm razão ao ver o trabalho remoto como uma oportunidade, e as projeções demográficas tornam a questão urgente. Mas oportunidade não é o mesmo que preparação. As regiões com mais probabilidade de beneficiar são as que fazem uma pausa entre a ambição e a ação para se perguntarem se conseguem acolher bem, através da capacidade, da compatibilidade, da integração e do risco, e as que constroem um apoio transparente e explicável para esse juízo. Este policy brief apresenta o fundamento de política pública de uma abordagem de preparação. A validação operacional das ferramentas de apoio à decisão será abordada em trabalhos técnicos futuros.

Nota metodológica

O conjunto de dados é de natureza exploratória por conceção. Não representa a totalidade da população de nómadas digitais nem dos territórios de baixa densidade. O seu valor reside em documentar a procura inicial, testar pressupostos conceptuais, identificar padrões de preferência e informar o desenvolvimento de uma abordagem de preparação territorial. Este policy brief é de carácter conceptual e prescriptivo no plano dos princípios públicos; apresenta o fundamento e as dimensões da preparação sem especificar qualquer ponderação de indicadores, procedimento de pontuação nem arquitetura de sistema. Não se formulam afirmações causais.

Referências

- Camagni, R. (2009). Territorial capital and regional development. In R. Capello & P. Nijkamp (Eds.), *Handbook of regional growth and development theories* (pp. 118–132). Edward Elgar.
- Comissão Europeia. (2021). *A long-term vision for the EU's rural areas — Towards stronger, connected, resilient and prosperous rural areas by 2040* (COM(2021) 345 final). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex:52021DC0345>
- Kužmar, S. (2026). From core to periphery? Assessing remote work's potential to rebalance EU regional development [Pré-publicação; conjunto de dados R-MAP]. arXiv. <https://arxiv.org/abs/2604.08252>
- Marcelino, B. C. A. (em preparação). *Dinámicas fronterizas: La actuación de los actores culturales Guatá y Fronteras Culturales en la integración cultural y territorial de las fronteras de Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay* [Tese de doutoramento em preparação]. Universidad Nacional de La Plata, Universität Rostock & Universidade de São Paulo.
- Medeiros, E. (2016). Territorial cohesion: An EU concept. *European Journal of Spatial Development*, (60), 1–30.
- OCDE. (2023). *The surge of teleworking: A new tool for local development?* OECD Publishing. https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2023/09/the-surge-of-teleworking-a-new-tool-for-local-development_6b88f7da/5eb3b9f2-en.pdf
- Sciuva, E. (2025). Geographies of digital nomadism: A research agenda. *Geography Compass*, 19(2), e70016. <https://doi.org/10.1111/gec3.70016>